



CASA DE REPOUSO
ALEXANDRE FERREIRA

INVÁLIDOS DO COMÉRCIO

INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
FUNDADA EM 10 DE ABRIL DE 1929
CONTRIBUINTE N.º 500 730 415

Acta nº 3 – Assembleia Geral Ordinária

Aos vinte e cinco dias do mês de Novembro de dois mil e seis, realizou-se na sede da Associação uma Assembleia Geral Ordinária, convocada para as dez horas com dois pontos na Ordem de Trabalhos (OT): 1. Apreciar e votar o orçamento Revisto de 2006 e o Parecer do Concelho Fiscal; 2. Apreciar e votar o Programa de Acção, a Conta de Exploração Previsional, o Orçamento de Investimentos e Desinvestimentos para o ano de 2007 e o Parecer do Conselho Fiscal.

À hora da primeira convocatória não estava reunido o quórum. A reunião teve início às onze horas. Estavam inscritos 133 (cento e trinta e três) sócios. A Mesa da Assembleia estava assim constituída: Presidente, Maria da Luz Ferreira; 1º Secretário, João Manuel Quintas; 2º Secretário, Luís Filipe Ferreira.

No período antes da OT o sócio 2619 (José Trindade) chamou a atenção para uma deliberação de anterior Assembleia Geral (AG) ter decidido que as convocatórias deveriam ser remetidas directamente aos sócios que expressamente manifestassem esse desejo, inscrevendo-se para o efeito, o que para a presente AG não foi seguido. O mesmo sócio comentou também alguns aspectos referentes à reorganização que a Direcção tem vindo a efectuar, referindo-se à escolha de assessores e ao aumento do número de enfermeiros-chefe, encarregados e encarregados gerais, manifestando apreensão pelo aumento do rácio empregados/utentes.

Em resposta a Direcção pelo Sr. Presidente esclareceu que desde a posse, tem tido especial preocupação em diagnosticar os problemas existentes quer quanto à qualidade dos serviços, quer quanto à eficiência e funcionalidade da sua organização, tendo detectado carências e casos de pessoal insuficientemente aproveitado que tem vindo a procurar resolver, ciente que ainda muito há para melhorar. Quanto ao pessoal, referiu que a relação de 270 funcionários para 333 utentes é idêntica à que vinha do antecedente.

A sócia 14565 (Lurdes Rodrigues) veio relatar um caso de uma utente que na véspera tivera de recorrer ao hospital por na instituição não ter tido o tratamento que entendia necessário. Referiu também que continua a não existir um monta-macas que em muitos casos facilitaria o transporte dos doentes.

A sócia 20089 (Ana Paula) interveio confirmando que como funcionária, ela própria está “há nove meses sem ter nada que fazer”, salvo quando há óbitos.

O sócio 17280 (Viriato Cartaxo) referindo-sa a questões suscitadas pela Direcção, sugeriu a convocação de uma AG sem OT pré-definida para debate aberto dos problemas dos Inválidos e meios de os superar.

O sócio 4618 (Ramiro Mendes) apresentou diversas queixas sobre insuficiências nos tratamentos e no funcionamento da enfermaria.

Ponto 1 da OT: a Direcção pelo Sr. Presidente apresentou a proposta de revisão do Orçamento para 2006 que prevê um total de despesa de 4734400 (quatro milhões setecentos e trinta e quatro mil e quatrocentos) euros e receitas de 4376421 (quatro milhões trezentos e setenta e seis mil quatrocentos e vinte e um) euros, referindo que este orçamento foi revisto tendo em conta a situação



CASA DE REPOUSO
ALEXANDRE FERREIRA

INVÁLIDOS DO COMÉRCIO

INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
FUNDADA EM 10 DE ABRIL DE 1929
CONTRIBUINTE N.º 500 730 415

da evolução do exercício e traduz em relação ao orçamento inicial um aumento da despesa de cerca de trinta mil euros, resultantes principalmente de aumento de encargos com aquisição de material médico e a baixa realização de receitas de vendas.

Na discussão intervieram os sócios Victor Cartaxo que manifestou genericamente apoio à proposta e durante a intervenção, criticou a inexistência na plateia da sala de uma mesa de apoio aos intervenientes, José Trindade que manifestou preocupações com o valor do resultado negativo previsto para o exercício e a Direcção para esclarecimentos.

A Proposta e respectivo parecer do Conselho Fiscal foram aprovados por maioria com 97 votos a favor, 1 contra e 7 abstenções.

Ponto 2 da OT: a Direcção pelo Sr. Presidente apresentou o Orçamento para 2007 que prevê um total de despesa de 4852010 (quatro milhões oitocentos e cinquenta e dois mil e dez) euros e receitas de 4238300 (quatro milhões duzentos e trinta e oito mil e trezentos) euros, num resultado negativo de 613710 (seiscentos e treze mil e setecentos e dez) euros e fez uma longa exposição do programa de acção proposto (disponível na íntegra no site dos Inválidos), dando especial destaque à necessidade de continuar a análise e diagnóstico da situação e da consequente reestruturação procurando soluções que melhorem a qualidade e eficiência dos serviços e a necessária tomada de decisões estratégicas visando implementar o crescimento sustentado da Instituição.

Mereceram também especial destaque: o plano de requalificação dos recursos humanos; a necessidade de medidas com o controle de custos com medicamentos, de forma a garantir a medicação sem afectar a estabilidade financeira; cuidados a ter com a gestão do património, com a preocupação de evitar as alienações mas tendo em conta em muitos casos os elevados défices de exploração; a comunicação com os sócios e aqui a referência à reorganização do sítio dos Inválidos na Internet (www.invalidos.org), onde se pretende disponibilizar toda a informação e criar um espaço de interacção com os sócios; a atenção à candidatura a programas comunitários de apoio, referindo estarem a correr duas candidaturas para a Casa Possidónio da Silva com as valências Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário, respectivamente de 60, 50 e 50 utentes e para uma Creche para 66 utentes.

No debate o sócio Viriato Cartaxo manifestou apoio ao plano proposto, particularmente ao objectivo de crescimento da Instituição e à tentativa de obtenção de apoios comunitários, até porque os Inválidos prestam uma acção social que em parte deveria competir ao Estado. Nas preocupações e reservas que exprimiu, salienta-se o avolumar dos défices, a necessidade de evitar o recurso à obtenção de receitas por alienação indiscriminado de património, a importância do combate ao laxismo, o excessivo peso que parece haver na relação entre recursos humanos e utentes e pôs reservas quanto à possibilidade de redução do papel dos cobradores que em muitos casos são a única relação com o sócio. Na ocasião retomou a proposta de convocação de uma AG para discutir os Inválidos e por fim declarou que iria abster-se na votação por entender que embora positivo o plano é insuficiente.

No decurso deste ponto, os sócios 18895 (Abel Santos) e Lurdes Rodrigues intervieram para protestar a hora para que fora convocada a AG, uma vez que vários utentes têm de sair por se entrar na hora do fornecimento dos almoços.



CASA DE REPOUSO
ALEXANDRE FERREIRA

INVÁLIDOS DO COMÉRCIO

INSTITUIÇÃO PARTICULAR DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
FUNDADA EM 10 DE ABRIL DE 1929
CONTRIBUINTE N.º 500 730 415

Houve ainda um incidente, suscitado por um Ponto de Ordem do sócio Abel Santos inquirindo a Mesa sobre se um sócio que chegue atrasado pode inscrever-se para participar na AG, ao que a Mesa respondeu afirmativamente salvo no decurso de votações. Em causa estava o registo de presença do membro da Direcção Fernando Carvalho que chegando depois do início dos trabalhos não lhe foi de imediato facultado o livro de inscrições, pelo que não foi ocupar o seu lugar na mesa da Direcção, razão que suscitou uma crítica do Presidente do Conselho Fiscal, admitindo que o afastamento da mesa da Direcção poderia ser significado de divisões na Direcção que, a ser assim, deveriam ser resolvidas. Em resposta Fernando Carvalho admitindo ocasionais e normais divergências, contestou quaisquer divisões e explicou a ausência na mesa por não se ter entretanto inscrito. Este incidente foi entretanto solucionado. Sobre esta matéria, o sócio José Trindade em posterior intervenção, comentou que seria importante esclarecer a participação dos membros da Direcção nas AG's e o seu direito a votar as propostas da própria Direcção.

O sócio José Trindade num Ponto de Ordem, questionou se o número de sócios presentes seria suficiente para validar a votação da proposta, declarando-se disponível para impugnar a AG caso esse número fosse inferior a metade dos sócios inscritos. A Mesa esclareceu que, sem pôr em causa o direito de qualquer sócio impugnar uma deliberação, não encontrava nos Estatutos qualquer exigência de quórum deliberativo, salvo para os casos devidamente tipificados.

A proposta de Programa de Acção, Conta de Exploração Previsional, Orçamento de Investimentos e Desinvestimentos para o ano de 2007 e o Parecer do Conselho Fiscal, foi depois votada e aprovada por maioria com 79 votos a favor, 2 contra e 3 abstenções.

Num período depois da OT a Direcção pelo Sr. Presidente referiu que a hora da convocatória não parecera ser pior que qualquer outra, até porque o número de sócios presentes parecia não ser inferior ao de outras AG's e que outra opção poderia ser também criticada. Quanto ao cobradores, declarou que a intenção não será acabar com a sua acção, mas procurar incentivar outros modos de pagamento da quota, preferencialmente na sede e menos onerosos para a instituição.

No final da sessão, foi aprovado um requerimento da sócia 13104 (Otília Moreira) para que fosse “dado um voto de confiança à Mesa para elaboração da acta da sessão decorrente, considerando-a desde já aprovada”. O requerimento foi votado e aprovada por maioria com 81 votos a favor, 2 contra e 7 abstenções.

A AG foi encerrada cerca das 13:30 horas.

Visto e aprovado pela Mesa, aos vinte e oito dias do mês de Novembro de dois mil e seis

O Presidente

O 1º Secretário

O 2ª Secretário